



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DA BAHIA NO PERÍODO DE 1985 A 1989

Sheila Cristina Furtado Sales*
(UESB)

Jurenilda Prado Oliveira**
(UESB)

RESUMO

Este trabalho é fruto de pesquisa que buscou estabelecer relação entre as políticas para Educação de Pessoas Jovem e Adulta (EJA) implantados por governos federais e governos do estado da Bahia. Traçou-se um panorama desta modalidade de ensino ao longo do período de 1985 a 1989 visando compreender como foram articulados programas destas duas esferas do poder público com objetivo de identificar aspectos de continuidade/descontinuidade nos programas desta modalidade de ensino. Para desenvolvimento deste trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental além da coleta de dados por meio de entrevistas com representantes da SEC-Ba.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de pessoas jovens e adultas; História da Educação; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A educação de pessoas jovens, adultas e idosas (EJA) no Brasil vem, ao longo das últimas décadas, compondo pautas de discussões políticas e sociais. Essas discussões

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Doutora. E-mail: scfsales@gmail.com.

**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Graduanda em Pedagogia. E-mail: nil.prado@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

têm repercutido numa série de iniciativas tanto do poder público, assim como de ações não governamentais e também de movimentos sociais - dentre outras - na perspectiva de atender a uma demanda quantitativa (em função dos números elevados de pessoas sem ou com baixa escolaridade), quanto qualitativa (quando busca de oferecer uma escolarização que tenha como princípios básicos uma conscientização político-crítica que possibilite a emancipação social do aluno jovem, adulto e idoso).

A história da EJA tem, no contexto nacional, seu percurso marcado por rupturas constantes nas iniciativas, propostas e projetos implantados, visto que as propostas para essa modalidade de ensino variam de acordo com os diferentes interesses de seus propositores e é clara a relação entre a educação para esta clientela e os problemas políticos e econômicos do país num dado momento histórico.

Sendo assim, a estrutura social do país, ideologicamente determinada pelas classes mais favorecidas, marca sua concepção elitista e as políticas sociais implantadas pelo Estado.

O golpe de 1964, que deu início ao período da ditadura militar (1964 a 1984), retirou de cena as iniciativas populares⁵⁵⁴ que pensavam a EJA como instrumento de conscientização e transformação da sociedade, ao mesmo tempo em que reforçou uma visão utilitarista da escola ao implantar um conceito funcional de alfabetização: aprender a ler e a escrever para ser útil ao mercado capitalista de trabalho. Um representante clássico desse período é o Movimento Brasileiro de Alfabetização –

⁵⁵⁴Em fins da década de 40, durante os anos 50 e início dos anos 60, segundo Sales (2008, p. 34-35), surgiu manifestações populares para superação dos índices provenientes do descaso dos governos em relação à educação de pessoas adultas que motivou setores da sociedade civil, a Igreja Católica, aos partidos de oposição, aos movimentos estudantis secundaristas e universitários, a criação de iniciativas como o Movimento de Cultura Popular – MCP, Movimento de Educação de Base – MEB, Cruzada ABC da Igreja Protestante, União Nacional dos Estudantes – UNE, além de outros movimentos, a retomarem as discussões não apenas em torno da EJA, mas em defesa da escola pública.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

MOBRAL⁵⁵⁵ –, lançado em 1971, que propagandeou muito mais do que realizou e gastou muito para reduzir, em apenas, aproximadamente, 8% o índice de analfabetismo total do país, nos seus 19 anos de existência.

Em 1971, deu-se a inclusão de um capítulo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a de nº 5.692, dedicado ao ensino supletivo⁵⁵⁶ para aqueles que foram marginalizados da escola regular quando crianças ou adolescentes.

A partir de meados da década de 80 – final da ditadura militar, com a criação da Fundação Educar, segundo Sales (2008, p. 44-46) instaura-se no país uma política com discursos de redemocratização e inserção daqueles que foram excluídos, representando-se, assim, a EJA como a garantia de acesso à escola. Porém, este discurso ainda diverge e se distancia muito das realidades locais.

O cenário nacional tem deixado cada vez mais clara a necessidade de uma política permanente de EJA, que não se limite apenas à superação do chamado analfabetismo. Além de pessoas que lêem e escrevem, o mundo está cada vez mais exigindo pessoas que pensem os processos de mudanças, para que possam ser sujeitos críticos de sua aprendizagem, e não apenas, objetos.

A partir dessas considerações, pretende-se apresentar como as políticas públicas no campo da EJA desenvolvidas pelo Governo do Estado da Bahia, no período de 1985 a 1989⁵⁵⁷, buscando identificar se essas políticas foram articuladas com os projetos referentes à esfera federal. Sendo assim, teve-se como objetivo encontrar resposta para a seguinte questão: de que maneira os programas desenvolvidos pelo

555O MOBRAL tinha a finalidade de alfabetizar pessoas com 15 anos ou mais de idade com pouca ou nenhuma escolaridade, se tornando o executor de um serviço de alfabetização em grande escala, abrangendo todos os municípios brasileiros.

556O ensino supletivo tem características voltadas para uma clientela adulta e como objetivo básico recuperar o tempo perdido dos que não tiveram acesso a aprendizagem da leitura e da escrita em idade apropriada.

557A escolha desse período se deu pelo fato de 1985 marcar o fim do regime militar no Brasil e o ano de 1989 indicar o fim da década de 80.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

governo do estado da Bahia no período de 1985 a 1989 se articularam com programas, projetos e campanhas federais? Ao responder esta pergunta esperou-se analisar a história da EJA no estado da Bahia, relacionando-a com as políticas oficiais do Governo Federal, buscando estabelecer uma conexão entre as prioridades defendidas tanto por esta última esfera quanto pela estadual no período de 1985 até o ano de 1989.

Os procedimentos metodológicos para desenvolvimento da pesquisa basearam-se nos princípios de uma pesquisa qualitativa e como técnica de coleta de dados utilizou-se de pesquisa bibliográfica – por meio da leitura de livros pertinentes ao assunto, colunas e reportagens de articulistas de EJA, publicações de diversos veículos de comunicações (jornais, revistas) e palestras com vistas à identificação da situação atual da EJA no Brasil e no Estado da Bahia; e pesquisa documental – por meio de documentos oficiais e não oficiais; textos legais e normativos e publicações técnicas.

Dados também foram coletados mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas respondidas por pessoas que compuseram o quadro de funcionários da Secretaria Estadual de Educação: sendo uma superintendente; uma gerente e uma técnica da Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEBAD).

O texto a seguir busca registrar aspectos da história da EJA no estado da Bahia, a partir dos programas implantados pelo governo estadual, de 1985 até o ano de 1989; identificar, nos programas para EJA implantados pelo governo estadual, o processo de continuidade/descontinuidade; e caracterizar as experiências identificadas, evidenciando as peculiaridades presentes em cada uma delas e sua relação com o contexto histórico que as produziu.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Espera-se que este artigo possa contribuir para o registro da história da EJA no estado da Bahia no período em questão; além de resgatar programas implantados na capital e nos municípios do interior do estado,

A trajetória da educação de pessoas jovens e adultas no estado da Bahia no período de 1985 a 1989

No estado da Bahia, desde o início dos anos 70 até meados dos anos 80, as principais atividades desenvolvidas na EJA estiveram restritas às iniciativas encaminhadas pelo Governo Federal, seguindo as orientações da Fundação MOBRAL, assim como orientações para implantação dos cursos supletivos, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n.º 5692/71.

Durante esse período surgiu – e perdurou por mais de uma década – uma liderança no contexto político da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (ACM), que, além de governar o estado de 1971 a 1974, veio conseguindo fazer sucessores até meados dos anos 80, quando, em consequência das mudanças no cenário político nacional foi eleito, pelo PMDB, partido opositor ao de ACM, Valdir Pires.

Eleito e empossado, Valdir Pires governou a Bahia durante o período de 1987 a início de 1989, quando, em função de sua candidatura à vice-presidência da República, em composição com Ulisses Guimarães, passa o comando do estado para o seu vice-governador, Nilo Coelho, que governou até 1990, quando ACM, em 1991, pela terceira vez, volta à frente do governo da Bahia.

Valdir Pires, enquanto governador do estado, compartilhava tendências e idéias de ordem progressista, que, na prática, pouco funcionaram - conforme será demonstrado posteriormente. Mesmo assim, no campo da EJA, tanto em função de uma tendência progressista quanto da abertura proveniente da Fundação Educar,



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

foram apresentadas, em sua gestão, uma diversidade de propostas - as quais foram parcialmente implantadas durante esse governo e no de seu sucessor.

Buscou-se cercar de possibilidades de estudos, jovens e adultos com idades e disponibilidades variadas de frequentar a escola, e as propostas do então governo, para essa modalidade de ensino, pela primeira vez na história da educação da Bahia, marcam uma perspectiva de prioridades com as ações desenvolvidas sob a coordenação do Departamento de Educação Continuada da Secretaria Estadual de Educação Básica, atribuindo-se à alfabetização de jovens e adultos uma posição de destaque.

Dentro dessa nova perspectiva de governo, tem-se que a

questão central é construir uma política de educação de jovens e adultos que contempla a formação do cidadão – possuidor de direitos e deveres – e a preparação do trabalhador-produtor e consumidor – ou seja, que discuta a relação entre educação e trabalho, a partir da concepção de cidadania, numa perspectiva histórica-crítica de compreensão da realidade. (BAHIA, 1988, p. 3).

Uma das primeiras iniciativas do governo Valdir Pires foi a implantação dos Núcleos de Educação de Adultos – NEA que tinham o objetivo de proporcionar “ao jovem e adulto uma educação básica voltada para a formação do trabalhador e do cidadão, capaz de participar de forma consciente, crítica e responsável do processo de transformação da sociedade.” (BAHIA, 1996, p. 4).

Porém, a implantação desses núcleos não chegou a se efetivar em todas as cidades do interior onde funcionavam as Superintendências Regionais de Educação – SUREDs, ficando mais concentrados na capital e em poucas cidades do interior.

Em 1988, logo após a criação desses núcleos, teve início o processo de discussão e elaboração das propostas para a educação básica de jovens e adultos, com



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

os subseqüentes encaminhamentos ao Conselho Estadual de Educação para apreciação e aprovação.

Essas propostas segundo Bahia (1988) envolveram basicamente quatro projetos: Escola Popular Noturna – EPN; Ensino Individualizado – EI; Sábado e Domingo na Escola – SDE; e Exames de Educação Geral – EEG.

A Escola Popular Noturna estava destinada a jovens e adultos que podiam freqüentar regularmente a escola, uma vez que o curso previa avaliação no processo.

Após a conclusão da 4ª série do ensino regular, ou conclusão do EPN, com aprovação, o aluno, com idade a partir de 18 anos, poderia se matricular no Ginásio Popular Noturno – GPN, que também era dividido em quatro blocos semestrais a serem cursados no período de dois anos letivos equivalendo à escolaridade de 5ª à 8ª série.

Os princípios e objetivos desse projeto foram implantados na íntegra basicamente na cidade de Salvador e em algumas cidades do interior. Já em outras localidades, ele foi implantado de forma diferenciada, uma vez que a Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC permitia variações e projetos próprios para sua operacionalização.

Em outro projeto, o Ensino Individualizado – EI, voltado para jovens e adultos com dificuldade de freqüência constante à escola, por exercerem atividades ocupacionais de alta rotatividade, os alunos recebiam atendimento individualizado semanalmente e se submetiam à avaliação no processo, dispondo de um tempo mínimo de um ano e máximo de dois anos para conclusão dos estudos de 1ª a 4ª série. A cada disciplina aprovada, o aluno recebia um certificado de conclusão parcial e, ao concluir todas as disciplinas, recebia um certificado de conclusão de grau de escolaridade, podendo, assim, prosseguir os estudos.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Esse projeto que, também não conseguiu se firmar em todo o Estado, funcionava no antigo Centro de Estudos Supletivos – CES e só foi implantado nas localidades onde havia esses centros. Entretanto, não obteve sucesso, mesmo onde foi implantado.

Para aqueles que não conseguissem se enquadrar nos projetos acima havia a possibilidade do projeto Sábado e Domingo na Escola – SDE⁵⁵⁸, cuja prioridade era o atendimento a jovens e adultos com idade a partir de 12 anos e que só se dispunham de tempo para freqüentar a escola aos sábados e domingos.

Aos inscritos no SDE, além de atividades de cultura, esporte e lazer, eram oferecidos cursos de alfabetização e preparação para o trabalho⁵⁵⁹.

O objetivo dessa proposta era o de oportunizar

... a jovens e adultos a escolarização básica (da alfabetização ao correspondente à 4ª do 1º Grau), conjugando a instrumentalização para a leitura, escrita e cálculo com a preparação para o trabalho e o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte e lazer, numa perspectiva de formação da cidadania. (BAHIA, s/d, s/p).

Para aquele jovem e adulto que também tinha, por alguma razão, dificuldade de freqüentar o Projeto Sábado e Domingo na Escola, havia, ainda, a possibilidade de se inscrever nos Exames de Educação Geral – EEG, que eram os Exames Supletivos.

A SEC era responsável pela aplicação das provas no interior, e essas só ocorriam nos municípios que sediavam as SUREDs, para onde se deslocava uma equipe de Salvador duas vezes por ano para a realização desses exames⁵⁶⁰.

558Esse programa só foi implantado na capital.

559Dava-se por meio de oficinas de corte e costura, cabeleireiro, culinária, manicure, eletricidade, artesanato, datilografia, pintura em tecido, crochê e outros.

560Hoje esse programa ainda existe, porém com mais autonomia. As provas são aplicadas pelos CPAs.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Além desses quatro projetos de ensino para jovens e adultos, também foi implantado durante esse Governo, o *Programa de Alfabetização de Adultos no Estado da Bahia*, que tinha o propósito “de combater efetivamente o analfabetismo colocando a Bahia em lugar de destaque positivo, no plano nacional, pretende[ndo] ser uma resposta às camadas populares.” (BAHIA, 1988, p. 2)

O objetivo desse Programa era de, no período de quatro anos, alfabetizar 1.400.000 jovens e adultos de modo a proporcionar-lhes a continuidade do processo educativo pós-alfabetização, visando estimular a mobilização e organização sociais e conseqüente aumento da capacidade reivindicatória da população. Na prática, esse programa vigorou por pouco mais de um ano, por meio de convênio com prefeituras municipais e associações em geral.

Porém, como dito anteriormente, na prática esses programas pouco funcionaram, ficando restrita sua implantação, na maior parte das vezes, a escolas da capital e a poucas experiências em unidades sede das Superintendências de Educação SUREDs (posteriormente DIRECs) no interior do Estado.

Nova década se inicia e outros programas voltados para a EJA foram implementados nos anos 90, entre os quais o *Programa de Suplência de Educação Básica*, implantado em 1993, após dois anos da posse de Antônio Carlos Magalhães (ACM), com o seu retorno ao governo do Estado. Como seus sucessores foram seus companheiros políticos – Paulo Souto, que governou de 1995 a 1998, César Borges, que governou de 1999 a 2002 e novamente Paulo Souto que governou de 2003 até 2006 – seguiu-se a política de EJA implantada por ACM, acrescida, ao longo da década, de novos Programas.

Cabe lembrar que ACM voltou a governar o estado da Bahia no mesmo ano em que o governo federal foi assumido por Fernando Collor de Mello, que imediatamente extinguiu a Fundação Educar e criou, em 1991, como resposta ao Ano Internacional



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

da Alfabetização, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), extinto no mesmo ano de sua criação, provocando um esvaziamento das ações federais no campo da EJA. Porém, em contrapartida, no estado da Bahia, a partir da posse de ACM, novas iniciativas foram implantadas no campo da EJA, fazendo da década de 90 um momento de novos programas nesta modalidade de ensino.

CONCLUSÕES

A garantia de ingresso e permanência, com sucesso, de adolescentes, jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação escolar em idade convencional prevista em lei, deve se adequar às necessidades sociocultural, histórica e tecnológica dessa clientela.

A educação torna-se cada vez mais essencial para o desenvolvimento pessoal assim como social e econômico nacional. Pautado nesse preceito, este trabalho destaca a importância das políticas públicas de educação de jovens e adultos, tomando por objeto de pesquisa os Programas desenvolvidos pelo Governo do Estado da Bahia tanto no século passado como no início do atual.

Após análises com base no material coletado, pode-se inferir que houve, durante o período aqui apresentado, um contínuo afastamento do Estado Brasileiro das responsabilidades para com uma Educação Básica de Jovens e Adultos que tenha como princípios a qualidade e a garantia de continuidade, além de um controle hierárquico, entre as esferas de governo no país, que dificultam uma autonomia real das práticas educativas nos estados e municípios. Também se pode observar que nem sempre as áreas de maior índice de analfabetismo e baixa escolarização da população acima de 14 anos, que estão concentradas no interior do estado, são contempladas por todos os programas, visto que a maioria dos programas implantados pelo



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

governo do estado da Bahia no período de 1985 a 1989 não foram extensivos e implantados nas demais localidades do interior do estado.

Além disso, tem-se que da década de oitenta do século XX, existiu uma forte influência da política econômica internacional nos programas de EJA implantados tanto no País como no Estado da Bahia.

A continuidade dos levantamentos e estudos acerca das políticas implantadas pelos governos estaduais da Bahia a partir do ano de 1990 são objetos de uma pesquisa, desdobramento da aqui apresentada, ainda em fase de conclusão.

REFERENCIAS

BAHIA. Secretaria Estadual da Educação. *Propostas para redimensionamento da educação de jovens e adultos no Estado da Bahia*: Governo Waldir Pires. Salvador-BA, s/d.

_____. Secretaria Estadual de Educação. *Programa alfabetização de adultos no Estado da Bahia*. Salvador- BA, 1988.

_____. Secretaria Estadual da Educação. *Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos*: Diretrizes e procedimentos para implantação nos Municípios. Salvador-BA, 1996.

SALES, S. C. F. *Educação de jovens e adultos no interior da Bahia: programa REAJA*. São Carlos – SP: Universidade Federal de São Carlos: Programa de Pós-Graduação e Ciências Humanas: Tese de doutorado. 2008.